# *Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: Uma Reflexão sobre Arquivos Pessoais e o Caso Filinto Müller*

*Luciana Quillet Heymann*

É quase irresistível aos cientistas sociais o encantamento produzido pelo contato com as fontes primárias, documentos, papéis, fotografias, capazes de revelar parcelas desconhecidas ou até então invisíveis da história e do mundo social. Esta sensação é fortalecida quando o material foge aos rigores institucionais da produção documental, às características seriais e ao formato burocrático, e tem uma origem privada, um caráter pessoal, conferindo a impressão de que se está tomando contato com frações muito íntimas da história e de seus personagens. O acesso a estes documentos tem a força de simular o transporte no tempo, a imersão na experiência vivida, de forma direta, sem mediações. A sedução exercida pelos arquivos privados pessoais[1] sobre os pesquisadores parece repousar exatamente na expectativa deste contato com a experiência de vida dos indivíduos cuja memória, imaginamos, fica acessível aos que examinam

---

*Nota*: Este artigo é uma versão do primeiro capítulo da minha dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional em março de 1997, intitulada "As obrigações do poder: relações pessoais e vida pública na correspondência de Filinto Müller".

sua "papelada", vista como repositório seguro dos registros de sua atuação, pensamento, preferências, pecados e virtudes.

O objetivo deste artigo é problematizar esta associação, relativizando a noção de senso comum que identifica os conjuntos documentais de origem pessoal a uma manifestação concreta da memória individual dos seus titulares. Apresentamos uma "desconstrução" da representação dos arquivos privados pessoais por meio do acompanhamento do processo sociológico de constituição destes arquivos. Buscamos, assim, destacar o que há de *social* na produção deste tipo de memória dos *indivíduos*, localizando neste tipo de fonte um campo estratégico para a exploração de um tema "clássico" nas ciências sociais, qual seja, o da relação entre indivíduo e sociedade.

O trabalho com este tipo de material permite igualmente perceber o jogo de forças praticamente oculto que define o que é o "histórico". As perguntas básicas aqui são: o que é transformado em "fonte"? Como? Por quem? A partir de que critérios e com que efeitos? Vamos ainda discutir (1) o caráter historiográfico dos objetos que são tradicionalmente avaliados como de interesse privilegiado para a pesquisa histórica e (2) a influência que esta avaliação exerce na organização deste tipo de fonte por parte dos profissionais encarregados da sua disponibilização nas instituições responsáveis por sua guarda, organização e divulgação. A partir da constatação empírica dos efeitos desta problemática na configuração final de tais acervos, apontaremos as potencialidades do material menos valorizado neste processo, um material tão recorrente quanto desprestigiado – que chamamos de "lixo histórico" –, tornado quase invisível pela pragmática do seu tratamento documental.

Neste exercício, partimos de uma experiência relativamente longa na organização de arquivos privados pessoais, como pesquisadora do Setor de Documentação do CPDOC[2], e do investimento de pesquisa feito no arquivo de Filinto Müller, que tornou possível consagrar a ele um lugar especial na análise.

## *A ilusão da unidade*

Como se pode depreender da definição de arquivo privado, a unidade de cada um deles é conferida pela pessoa ou instituição que o constituiu, ou seja, por quem acumulou determinados documentos dentro do universo daqueles produzidos e recebidos. No caso dos arquivos privados pessoais[3], cabe a uma pessoa física, o titular do arquivo, escolher os documentos que, no fluxo dos papéis manuseados cotidianamente, merecem ser retidos e acumulados. É a pessoa, a partir de seus critérios e interesses, que funciona como eixo de sentido no processo de constituição do arquivo. Por um lado, porque sua vida, suas atividades e suas relações vão determinar e informar o que é produzido,

recebido e retido por ela ou sob sua orientação. Por outro lado, e fundamentalmente, porque cabe a ela determinar o que deve ser guardado e de que maneira.

A ênfase na acumulação significa que o titular não produziu necessariamente todos os documentos que integram o conjunto e que nem todo o material que ele produziu ou recebeu ao longo de sua vida faz parte desse mesmo conjunto documental. No caso da correspondência, por exemplo, material comumente encontrado em arquivos pessoais, são guardadas geralmente as cartas recebidas pelo titular e mais raramente cópias das cartas por ele enviadas. A exceção fica por conta de arquivos de homens públicos, para os quais pode ser importante guardar os registros de sua atividade epistolar[4], já que geralmente a correspondência particular de um político guarda estreita relação com suas atividades no domínio público, podendo servir-lhe também pelo seu valor probatório[5]. Não é desprezível, tampouco, a facilidade que oferece uma secretária, ou um *staff* burocrático, para a geração e conservação desses documentos.

A produção de documentos não é, assim, o que importa, mas a acumulação que deu origem ao conjunto. É nesse sentido que se pode compreender o "princípio de respeito aos fundos" ou "princípio da proveniência sob o ponto de vista externo" (Duranti,1994), uma das orientações básicas do trabalho arquivístico. Ele preconiza que a documentação acumulada por determinada instância, seja ela uma pessoa física ou uma instituição, pública ou privada, deve ser mantida coesa, respeitando-se a individualidade do conjunto, sem misturá-lo a documentos de outras origens, na medida em que tem uma singularidade orgânica que lhe confere sentido, por refletir atividades, dinâmica e critérios da instância responsável pela acumulação.

É esta característica do conjunto documental que também nos permite compreendê-lo como expressão de uma "lógica" particular, que orienta o que é retido/guardado e a forma como se apresenta o conjunto gerado. Essa lógica é objeto de uma outra norma arquivística expressa no "princípio do respeito à ordem original" ou "princípio da proveniência sob o ponto de vista interno" (Duranti, 1994). Este outro princípio determina que os arquivos (no sentido de material doado a ou recolhido por instituições arquivísticas) conservem a ordenação estabelecida no órgão de origem. Formulada para o tratamento dos fundos públicos (e, por extensão, dos institucionais privados), esta regra pode nortear também a abordagem dos conjuntos documentais pessoais. Neste caso, uma adaptação sugeriria que se mantivesse ou, no mínimo, se atentasse para a ordem que lhes foi conferida pelo titular, como indicam Vianna et alii (1986:68) ao apontar para uma relação em que os documentos estariam como que orbitando em torno de seu centro de gravidade, que é quem os acumulou. Segundo esses autores, se o princípio de proveniência determina que os

documentos não devem ser afastados do seu centro gravitacional, o *modo de acumular* é que lhes confere sentido: "Desaperceber-se do modo de acumulação pode implicar no remanejamento das órbitas, por conseguinte em construir relações outras, com a implosão do sentido original" (Vianna et alii, 1986).

Se é importante não perder de vista a imbricação entre titular e arquivo e o próprio processo de acumulação, única perspectiva capaz de conferir sentido aos registros documentais preservados por um indivíduo, por outro lado uma associação pura e simples entre esses dois elementos poderia levar a pelo menos dois equívocos. Primeiramente, imaginar o arquivo pessoal como espelho da trajetória de seu titular, a partir do qual se poderia buscar reconstituir todas as atividades desenvolvidas por ele. De fato, nem sempre existe uma equivalência entre história de vida e arquivo pessoal. Este muitas vezes não corresponde, quanto ao período coberto pela documentação e riqueza dos registros acumulados, à duração e magnitude da atuação do acumulador. Por outro lado, pode ocorrer de uma biografia menos relevante originar um acervo que a ultrapasse em importância, abarcando acontecimentos, personagens e esferas de atuação com os quais o titular se relacionava indiretamente.

Um segundo equívoco seria imaginar o arquivo como "a memória", em estado bruto, de seu titular, como resultado de uma seleção estabelecida definitivamente por ele quanto ao que preservar e de que maneira. Esta perspectiva é alterada quando percebemos que estes conjuntos documentais estão sujeitos a múltiplos processos de seleção e reordenamento interno, decorrentes do caráter mutável e polissêmico da memória, (re)atualizável a cada momento.

A reflexão empreendida por Bourdieu (1989) com relação às histórias de vida pode ser útil para pensarmos uma determinada "ilusão biográfica" gerada pelos arquivos pessoais. Criticando a naturalização do sentido de "continuidade pessoal" conferido às histórias de vida, Bourdieu alerta que o indivíduo, ao contar sua vida ou expor suas memórias, atuaria como ideólogo de sua própria história, selecionando certos acontecimentos significativos em função de uma intenção global e estabelecendo entre eles conexões adequadas a dar-lhes coerência, gerando sentidos a partir de uma retórica ordenadora da descontinuidade do real; trata-se de um esforço de representação, ou melhor, de produção de si mesmo.

Levando em consideração todas as diferenças entre os dois objetos, sugerimos que é possível pensar em um paralelo entre o gênero histórias de vida e os arquivos pessoais no que toca à ilusão de coerência e totalidade que ambos podem gerar. No caso das primeiras, a "ilusão biográfica" seria fruto da própria atividade narrativa, ou seja, de um discurso explícita e deliberadamente formulado com o objetivo de, num momento posterior e afastado da dinâmica

dos acontecimentos, refazer os caminhos percorridos por uma pessoa até o momento do relato, situação que é a própria justificativa para a motivação de registrá-lo. Com isso, as experiências de vida seriam submetidas a uma lógica discursiva que enfatiza a sucessão e a vinculação entre os acontecimentos, produzindo uma unidade coerente onde só existiriam fragmentos.

No caso dos arquivos pessoais, a idéia de unidade poderia ser atribuída à ilusão de um acúmulo documental pautado sempre pelos mesmos critérios, concomitante e homogêneo com relação aos "fatos" relevantes da vida do titular, além de orientado para constituir uma fonte para a pesquisa histórica. Nesse caso, o encadeamento narrativo poderia ser comparado à seqüência descritiva dos inventários[6], nos quais as unidades documentais são geralmente apresentadas seguindo a cronologia da trajetória do titular. Não há menção às lacunas documentais, à história da constituição daquele acervo – na qual podem ter atuado outros agentes além do titular –, nem às opções que orientaram o trabalho arquivístico e definem um particular arranjo[7] dos documentos entre os vários possíveis.

É importante notar que os documentalistas são muitas vezes vítimas desta "ilusão". Eles se debruçam sobre os documentos como sobre fragmentos de um todo que, privados de intelegibilidade por causa das vicissitudes do processo de acumulação, vão recuperá-la a partir da sua própria interferência. Neste sentido, a ilusão biográfica gerada pelos arquivos pessoais é tanto um produto da atuação do documentalista como um elemento que o informa. Seguindo esta pista, poderíamos pensar na existência de um *postulado da unidade e completude da existência arquivada*, paralelo ao "postulado do sentido da existência narrada" expresso por Bourdieu. Ele é compartilhado por doadores de arquivo e arquivistas, ambos interessados em valorizar o material doado, e passa a ocupar um lugar na instituição de memória que o recebe.

Partindo desta comparação, e de uma forma ainda mais clara, o trabalho com arquivos pessoais tem que levar em conta o caráter arbitrário da configuração de cada um desses conjuntos, dada a independência e variedade das situações em que são gerados e acumulados os diversos documentos que os compõem, além das múltiplas interferências a que estão sujeitos. Nos próximos itens discutimos brevemente as várias instâncias de produção dessa memória. Na fase de acumulação do arquivo, nos detemos na ação do titular, agregando e possivelmente subtraindo elementos ao longo do tempo, assim como na ação de auxiliares, muitas vezes responsáveis por esta atividade. Após sua morte, ocorre a interferência de familiares, que geralmente reduzem o universo acumulado segundo uma avaliação baseada em novas diretrizes e interesses. No caso da doação desses conjuntos documentais a uma instituição que abrigue acervos históricos, há a interferência de outros agentes: arquivistas ou documen-

talistas que, responsáveis pela organização do arquivo, tomam decisões sobre arranjo e descrição com o objetivo de responder às demandas previstas da pesquisa histórica, imprimindo a sua subjetividade na configuração do arquivo, já então transformado em patrimônio documental.

## *A produção da memória na esfera privada: o acumulador e outros agentes*

Determinadas indagações, um tanto raras, poderiam revelar as arbitrariedades e vicissitudes a que estão submetidos os conjuntos documentais quando de sua constituição. Entre elas poderíamos destacar: a questão de saber quem efetivamente construiu determinado arquivo e que peso relativo tiveram o titular e seus auxiliares no estabelecimento de critérios norteadores do processo de acumulação; quais os "acidentes de percurso" que podem ter atuado na delimitação do arquivo na sua forma final (intempéries, perdas ocasionadas em mudanças, relativa ênfase ou distração no ato de acumular em diferentes momentos); e por que tipo de triagem os documentos passaram antes de sair das maõs de seus titulares ou herdeiros e passar para a esfera pública.

De fato, é necessário que se desnaturalize a identificação entre arquivo pessoal e memória/trajetória individual desde os primórdios da acumulação. Esta pode não se constituir, especialmente no caso de homens públicos, num ato individual, continuamente submetido às avaliaçõcs do titular. Por outro lado, nem todos os momentos ou atividades a que o titular se dedicou mereceram igual investimento quanto à seleção e guarda de registros. Quando acumula, o titular o faz em diferentes situações, muitas vezes contraditórias, de uma forma que não é evidente no momento mesmo da acumulação. Trata-se, assim, de uma memória particularmente propícia à implosão do indivíduo único e coerente das narrativas autobiográficas, ainda que muitas vezes representativa de um esforço semelhante de produção dessa unidade.

O sentido de identidade e de unidade do indivíduo, segundo essa idéia, depende em grande parte da organização dos pedaços fragmentados da memória. Esta organização articula-se à elaboração de "projetos" (Velho, 1986), que dão sentido e estabelecem continuidade entre os diferentes momentos, situações e, no caso dos arquivos, documentos. Como alerta Velho, no entanto, este projeto é dinâmico, reorganizando a memória do sujeito e dando-lhe novos sentidos e significados, reconstruindo incessantemente a sua identidade. Da mesma forma que as biografias estão sujeitas a periódicas revisões e reinterpretações, que as autobiografias apresentam-se muitas vezes como "provisórias" de maneira a garantir aos indivíduos a possibilidade de se redefinirem em outro momento, podem existir diversos critérios que orientem a acumulação e a ordenação dos documentos pelo titular ao longo do tempo, e esses critérios

variam segundo as avaliações táticas do tempo presente, relativas a projetos assim como a posições sociais ocupadas pelos indivíduos.

Temos um exemplo claro desta dinâmica no arquivo de Gustavo Capanema. Fraiz (1994) identifica nele, em diferentes momentos e para diferentes aspectos, diversos planos do titular para a organização de seu "papelório", visando à produção de seu livro de memórias, nunca levado a termo. Temos nesse caso os vestígios de como este agente produzia a si mesmo em diferentes momentos de sua trajetória, já que estas propostas corresponderiam a uma série de "memórias", muito provavelmente não incompatíveis entre si, mas que também não têm o mesmo significado. Quando nos deparamos apenas com um destes planos de organização, estamos diante da cristalização de um *momento* ou *situação* de memória, sempre demarcado pela posição social relativa ocupada pelo indivíduo, nunca com *a* memória, *a* ordem original, *o* projeto.

É ainda importante lembrar que esta configuração final pode ter sido resultado tanto do esforço do titular quanto de um secretário, ou mesmo da família que recolhe o material disperso para doá-lo ou vendê-lo. No primeiro caso, temos o exemplo já citado de Capanema, que passou grande parte de sua vida política construindo seu arquivo, fazendo e refazendo ordens, planos e classificações, até o momento da doação ao CPDOC. Ainda nesse momento manifesta a intenção, mais uma vez, de reordená-lo, por considerá-lo com uma ordenação ou "desordenação" imprópria para uma instituição de memória (Fraiz, 1994).

Temos um exemplo do segundo caso, o da ação de um secretário ou de alguém próximo ao titular, no arquivo pessoal de Epitácio Pessoa. Lewin (1996), na sua etnografia dos processos de acumulação e doação deste arquivo, relata que, ao doar o arquivo ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1962, a filha do titular, além de cumprir uma vontade expressa de seu pai, satisfazia também o seu desejo pessoal de que alguns documentos estivessem disponíveis para consulta do público. Esses documentos corroboravam uma determinada versão de acontecimentos da história do país dos quais o titular havia participado. Segundo relato da filha do titular, o que norteou ao menos parte da acumulação foi o projeto de Pessoa de elaboração de um livro sobre o seu "polêmico" período na presidência da República (1919-1922).

Isso também o teria motivado a incumbir um sobrinho, Antônio da Silva Pessoa Filho, de organizar seus papéis. Este não apenas organizou a documentação já acumulada, como também passou a exercer as atividades de secretário. Ele teve profunda influência na acumulação dos documentos a partir de então, já que após a presidência até 1930 Epitácio Pessoa passou a maior parte do tempo na Europa, enquanto sua documentação continuava crescendo. Mesmo

após a morte do titular, em 1942, seu sobrinho continuou trabalhando no arquivo, preparando-o para a doação. Nesse período, além de organizar a documentação, agregou ao fundo Epitácio Pessoa parcelas da documentação dos fundos de João Pessoa (outro sobrinho do titular) e do coronel Antônio Pessoa (tio do titular e pai de Pessoa Filho), ambos encontrados junto à documentação do ex-presidente, no IHGB.

Segundo Lewin, o caráter "polêmico" da gestão de Epitácio e a recepção que teve o livro que escreveu, fortemente criticado pela imprensa nacional, explicariam o interesse que o titular manifestava em que seu arquivo estivesse disponível para futuros historiadores, como se apenas o futuro pudesse avaliar corretamente sua atuação e fazer-lhe justiça. A doação do arquivo a uma instituição de guarda, nesse caso, não tem o sentido, talvez mais corriqueiro, de coroamento de uma atuação pública consagrada. Funcionou mais como instrumento através do qual, não apenas o titular, como também a família, buscam uma redenção futura, o reconhecimento pela história, negados pelos contemporâneos.

Estes dois exemplos nos levam de novo para o campo das múltiplas formas de produção dessa memória, permitindo pensar não apenas nas várias possíveis configurações desses conjuntos documentais, como também na interferência de outros agentes neste processo. Assim, Fraiz (1994) aproxima o arquivo privado de Gustavo Capanema do gênero *autobiográfico*, ao demonstrar como, neste caso, "o arquivo tomou o lugar do grande texto autobiográfico que jamais foi escrito". Já o arquivo de Epitácio Pessoa poderia ser melhor aproximado a uma *biografia*, escrita por quem ordenou os papéis e buscou dar sentido à atuação do titular através de determinada seleção e disposição dos documentos.

## *A monumentalização da memória: as instituições de guarda e o "lixo histórico"*

Voltemos nossa atenção à análise de um outro aspecto importante a ser considerado na utilização deste tipo de fonte para a pesquisa: o trabalho do arquivista ou documentalista e sua ingerência a partir do momento em que o arquivo é depositado em um centro de documentação. Este trabalho realiza uma monumentalização, muitas vezes gestada desde os primórdios de sua constituição, especialmente no caso de arquivos de homens públicos.

Em primeiro lugar, é importante lembrar que um arquivo fica disponível como fonte de pesquisa depois de passar do domínio privado ao público. Ele teve de ser oferecido por seu titular ou herdeiros no mercado de bens culturais e ser aceito; ou pode ter tido sua doação ou compra sugeridas e mesmo

solicitadas por uma instituição que se dispôs a recebê-lo e tratá-lo, evidenciando-se assim o capital simbólico de que é dotado. Neste caso, há valorização que vai do arquivo à instituição que o detém, na medida em que deter certos fundos privados confere prestígio à instituição. Funciona como capital atuante no referido mercado de bens culturais que abrange tanto usuários como instituições congêneres e, principalmente, agências financiadoras de caráter governamental ou privado[8]. De qualquer forma, os centros de documentação funcionam como *locus* privilegiado de avaliação desse capital simbólico, já que são instituições voltadas para a preservação daquelas memórias reconhecidas como históricas, ao mesmo tempo em que são capazes de conferir "valor histórico" aos papéis que se encontram sob sua guarda.

Em segundo lugar, muitas vezes há uma dispersão do material acumulado pelo titular entre seu cônjuge, descendentes ou outros, envolvendo até disputas acerca dos "legítimos" herdeiros. Isso leva ao fracionamento dos fundos, e até a doações de parcelas para instituições diferentes. Tais instituições podem não ser comunicadas de tal fracionamento. Quando sabem do fato, podem não ter interesse em explicitá-lo exatamente para não terem de dividir o capital adquirido. Tal situação, além de gerar a perda irreversível da organicidade original do conjunto, acarreta problemas para o pesquisador que equivocadamente tomar uma parte pelo todo[9].

Analisemos mais detidamente o papel do documentalista na "produção" do arquivo enquanto fonte. Queremos ressaltar o caráter e a profundidade da sua ingerência neste processo e perceber em que medida atua no cruzamento de subjetividades que caracteriza a utilização do material de arquivo e, nesse sentido, influencia a construção da narrativa histórica. Somada à intervenção de herdeiros e secretários, a do arquivista compõe um plano de subjetividades intermediárias entre aquela que norteou a acumulação do titular e aquela do pesquisador que vai construir o discurso histórico/científico a partir dos "fragmentos" que compõem o arquivo. No seu caso, no entanto, trata-se de uma subjetividade submetida à pragmática que orienta o trabalho arquivístico, mais silenciosa mas nem por isso menos efetiva. Melhor seria falar de um plano invisível de subjetividade e intervenção, na medida em que não se revela, ocupando um espaço de sombra. É ofuscado, de um lado, pela materialidade do arquivo, indissociavelmente vinculado ao titular de quem empresta o nome e, de outro, pela obra produzida a partir das fontes, cuja autoria é igualmente reconhecida.

Concorre para essa invisibilidade a premissa apontada como recorrente no campo arquivístico por Montiel (1996) segundo a qual, uma vez seguidos todos os procedimentos técnicos, é possível obter resultados objetivos e livres de qualquer valoração. Krakovitch (1994:13) polemiza com essa percepção e

busca chamar a atenção para as responsabilidades do arquivista na constituição dos *corpus* documentais, destacando a sutileza e abrangência da sua interferência: "(...) não há recenseamento, inventário, trabalho arquivístico, por mais objetivo e repetitivo que ele seja, que não tenha uma parte de subjetivo, de pessoal (...). A escolha, mesmo aquela de um termo de indexação, ou de um fundo entre outros a recolher e organizar, parte evidentemente do arquivista. Mas um trabalho de classificação parece hoje definitivo, de alguma maneira eterno, porque admite-se que ele tenha recusado toda seleção, dado um caráter 'exaustivo' a todo inventário analítico ou sumário, distanciado ao máximo toda implicação pessoal." Se o conjunto documental acumulado já é produto de um processo de monumentalização da memória do indivíduo, sua transformação em arquivo doado abre espaço para um novo processo de seleção/subtração que coloca em destaque a questão da compatibilidade entre memória individual e memória coletiva ou histórica.

Para que se compreenda a ingerência do documentalista é importante discorrer brevemente sobre as principais etapas do trabalho que ele desenvolve na organização de um arquivo pessoal. Primeiramente, ele define os critérios norteadores da montagem de dossiês, conjuntos documentais que serão descritos enquanto unidade. A definição destes conjuntos é tarefa por vezes bastante difícil no caso de arquivos pessoais. Neste tipo de material é freqüente que um documento, como uma correspondência, trate de vários assuntos e misture várias esferas de atuação do titular, dizendo respeito tanto a suas atividades funcionais quanto à sua participação partidária e mesmo à sua vida pessoal. Muitas vezes, ao adotar um arranjo, o documentalista elege um aspecto em detrimento de outros quando insere o documento num dossiê temático. Há meios de minimizar as possíveis perdas de informação geradas por esta inserção, como o uso de remissivas e a elaboração de descrições detalhadas[10]. No entanto, é certo também que não se organiza um arquivo sem operar exclusões, sem conferir ênfases e sem estabelecer critérios, sempre subjetivos, capazes de ordenar e permitir o acesso dos usuários à documentação. O acesso só é possível quando os ditos dossiês são descritos, momento em que ocorre uma nova seleção, relativa ao que será arrolado, destacado ou omitido. Como não existe um limite mínimo ou máximo de documentos em cada dossiê, os resumos tanto podem abarcar alguns poucos documentos quanto algumas centenas deles, ou até alguns milhares.

Evidentemente, a pluralidade do material terá de ser submetida a um padrão de descrição. No entanto, viabilizar o fornecimento da informação é ao mesmo tempo conformar-se em não abarcá-la na sua totalidade. Estes resumos ficam reunidos nos inventários dos arquivos, que são os instrumentos aos quais os pesquisadores têm acesso. A partir
dos arquivos e solicitam o material que lhes interessa. Assim, o documentalista

exerce um papel preponderante na constituição das fontes documentais, na passagem do que são fragmentos de memória ao que é, ou será, história.

A pragmática que orienta o trabalho deste profissional, ao mesmo tempo que torna física e logicamente acessível o conjunto documental tratado, por outro lado produz exclusões. Cria assim o que chamamos de "lixo histórico", entendido aqui como um tipo de documento desvalorizado e que ocupa um lugar secundário nas etapas de arranjo e descrição do arquivo. Afirmamos que estas etapas fazem um tipo de seleção intelectual do material dos documentos, pois valorizam determinados aspectos da vida dos titulares e dos conjuntos documentais aos quais estão relacionados, dando-lhes posição privilegiada no arranjo e na descrição. Enquanto isso, outros são relegados a um lugar de "miscelânea", "diversos", "correspondência geral", ou outras classificações generalizantes que, via de regra, os condenam a uma descrição econômica e pouco cuidadosa, malgrado o volume de documentos que muitas vezes os integram e a multiplicidade de informações que veiculam, se olhados de outra perspectiva.

A pragmática necessária do documentalista obscurece que seu trabalho transforma em dado, fonte e memória absoluta o que na verdade é o resultado de ingerências subjetivas. Entre memória doada e memória arquivada existe sempre um *resto* que pode ser tomado como a justa medida entre o privado e o público, o individual e o coletivo, o apenas memorizável e o historicizável, o afetivo e o objetivo.

Dois exemplos capazes de ilustrar esta questão ocorrem nos arquivos de Juracy Magalhães e de Benedito Valadares. O primeiro é composto por sete armários de documentação textual. Dois deles estão lotados de cartões de Natal e convites de casamento; no segundo, um quinto do material diz respeito a recibos de compras diversas e notas fiscais. Esses dois conjuntos foram objeto de discussões sobre a sua possível exclusão do arquivo e devolução aos doadores, tendo em vista principalmente a proporção entre o espaço que ocupam e o seu uso possível para a pesquisa. Cabe ressaltar que não existem no campo arquivístico normas consagradas para seleção e descarte em arquivos pessoais, devido à própria singularidade de cada conjunto documental, o que torna sempre polêmicas as discussões acerca do tema[11]. Para além da relevância dos argumentos em jogo na discussão e do que se entende por "objetos de pesquisa", o importante é que lidamos com critérios que buscam delimitar o universo da "memória historicizável". Assim, muitas vezes os argumentos daqueles que são adeptos de uma intervenção "necessária" tendem a igualar o "lixo histórico" (aquilo que supostamente "não tem importância" para a pesquisa) a um "lixo da memória", coisas que teriam sido "esquecidas" pelos titulares no conjunto do material, mas que eles mesmos poderiam ter descartado se tivessem procedido a uma avaliação mais acurada.

Pelo contrário, seria procedente indagar: o que é passível de ser considerado "lixo" segundo esses critérios não seria justamente o que na realidade é o mais privado, o que mais expressa a singularidade dos titulares? Teríamos então uma inadequação entre os critérios e valores que orientam o trabalho do documentalista e a natureza mesma dos arquivos com os quais estão trabalhando. São estes arquivos e especialmente estes conjuntos documentais, compostos de cartões de Natal, convites, felicitações e pedidos, encontrados quase exclusivamente neste tipo de acervo, que nos permitem traçar as redes de relações pessoais destes titulares, dando-nos chaves para compreender aspectos fundamentais do funcionamento da vida política.

A "solução" para os dois casos apontados e, no geral, para todos os arquivos que contêm este tipo de documentação, consiste na maneira como são organizados e descritos estes documentos. Assim, da mesma forma que nos processos de memorização (tanto mental quanto através da guarda de fragmentos materiais), as ações constituidoras dos corpus documentais também se baseiam em seleção e esquecimento, entendidos aqui como os critérios que avaliam a "relevância histórica" dos documentos e definem o zelo descritivo que merecem. Este processo sugere que devemos levar em conta instâncias distintas de retenção e esquecimento que se sucedem: instância individual (privada) e instância coletiva (pública). Ignorar a complexidade dessa "produção", oriunda de motivações pessoais mas submetida a uma série de interferências de natureza social, é não perceber que estão em jogo, e muitas vezes em disputa, diferentes visões de mundo. Significa tomar como dado o que na realidade é resultado de um longo processo de negociação.

## *Processo e fragmentação no Arquivo Filinto Müller*

### *a – lacunas, silêncios e ênfases*

O arquivo de Filinto Müller tem sua história de acumulação, sua trajetória enquanto conjunto documental e suas características em termos de volume e temas contemplados. Vejamos os caminhos que levaram do "vivido" ao "doado" e, num segundo momento, ao "inventariado". Daremos especial atenção aos *pedidos*, por serem muito comuns neste arquivo, mas principalmente pela recorrência com que aparecem nos arquivos de homens públicos. São enviados por uma enorme variedade de missivistas e têm por objeto empregos, promoções, auxílios financeiros, vagas em instituição de ensino, entre outros[12].

De fato, são as características gerais do arquivo, desde seu conteúdo até sua apresentação final sob forma de inventário, que vão não apenas delimitar o universo "pesquisável" nesta fonte específica, como também orientar concretamente o pesquisador que usa a documentação. Não podemos esquecer que

muitas vezes o material "sugere" abordagens e investimentos insuspeitados até então, ou desencoraja empreendimentos para os quais imaginou-se que o arquivo forneceria subsídios importantes.

Se por um lado não devemos aceitar a identificação automática entre memória pessoal e arquivo pessoal, por outro não é preciso priorizar apenas o arbitrário da acumulação, como se todo o processo estivesse submetido unicamente a imponderáveis relacionados a "acidentes de percurso" do material, zelo de secretários etc. O arquivo, sem dúvida, expressa uma "vontade de guardar" individual (Vianna et alii, 1986), desvenda interesses, participações, rotinas, contatos. Estes elementos podem se revelar tanto através da explicitação de um fato (revelação através do conteúdo), muitas vezes presente no detalhe de um único documento, como na recorrência de um tema, na sua presença num número expressivo de documentos (revelação através do volume). O importante, porém, é que essa "vontade" só se realiza enquanto produto social, fugindo, portanto, aos estreitos limites desenhados pela imagem que o indivíduo faz de si e do sentido que ele dá à sua vida.

Mesmo no caso de um arquivo como o de Gustavo Capanema, que tão ciosamente acumulou e ordenou os seus papéis, a condição para a sua disponibilização foi o tratamento arquivístico a que foi submetido. Mesmo que os documentalistas tenham buscado respeitar uma das "ordens originais" pensadas pelo titular, ela seguramente teve de ser adaptada, e a documentação submetida a uma metodologia de arranjo e a um padrão de descrição.

No caso do arquivo de Filinto Müller, doado ao CPDOC em 1981 por suas duas filhas, cumpre explicar a grande lacuna relativa ao período coberto pela documentação deste homem público cuja atuação, que se inicia praticamente após a Revolução de 30, atravessou mais de quatro décadas da história do país. Em 1931 foi secretário do interventor federal em São Paulo e entre abril de 1933 e julho de 1942 exerceu a função de chefe de polícia do Distrito Federal. Daí passou a oficial de gabinete do ministro da Guerra, função que exerceu até 1943, quando foi nomeado presidente do Conselho Nacional do Trabalho. Um dos fundadores do Partido Social Democrático (PSD) em 1945, Filinto Müller foi eleito senador pelo estado de Mato Grosso em 1947, exercendo o mandato até 1951. Voltou ao Senado em 1954, reelegendo-se seguidamente (depois de 1965 pela Arena) até seu falecimento, em 11 de julho de 1973, vítima de um desastre aéreo.

Em que pese a extensão da vida pública de Filinto Müller, a documentação de seu arquivo cobre apenas o período de 1924 a 1948. De fato, não existe no arquivo qualquer documento que registre a sua atuação como parlamentar ou como liderança partidária, não obstante tenha tido papel de destaque na esfera parlamentar. Apesar disso, trata-se de um dos arquivos mais volumosos

que integram o acervo do CPDOC, contando com 66.704 documentos textuais, cerca de 500 recortes de jornais, 2 documentos impressos e 165 documentos visuais[13].

Nunca podemos ter certeza sobre se houve, para todos os momentos, uma preocupação com a guarda de documentos, posto que a existência de registros em um arquivo pessoal depende, como mencionamos, de um desejo "voluntário". No entanto, dificilmente não teria havido acumulação para um período de 25 anos (1948-1973) de intensa atividade política, pois que o período anterior, relativo à sua atuação na Chefatura de Polícia do Distrito Federal e, em menor escala, à frente de outros cargos públicos, está fartamente documentado. As respostas a esta e a outras questões só foram obtidas a partir do depoimento que nos concedeu a filha do titular e uma das doadoras do arquivo, Maria Luiza Müller de Almeida[14].

Ficamos então sabendo que a correspondência que estava no gabinete da presidência do Senado quando do falecimento de Filinto Müller foi retirada por seu sobrinho e chefe de gabinete, Antônio Correa Pacheco, e guardada em um galpão. Quando as filhas, já imbuídas da idéia de doar o arquivo, se interessaram pelo material, foram informadas por este primo que a documentação havia sido toda destruída por traças, só restando as pastas externas. Segundo Maria Luiza, grande parte desta correspondência era constituída de pedidos de caráter pessoal, que seu pai continuara recebendo, "e muito mais ainda", no período do Senado. Lamenta muito esta perda, sugerindo que a documentação do período parlamentar poderia servir para contrapor a imagem de um político conciliador à do chefe de polícia violento, "uma mentira" alimentada por aqueles que "acharam que dessa maneira ele servia de bode expiatório do Estado Novo". No seu pesar, busca resgatar o que a memória documental do titular não registrou: "Por isso é que eu fico preocupada com o desaparecimento da correspondência do Senado, porque, no Congresso, a maneira como ele exerceu as lideranças foi sempre assim... O método dele era conversar, ouvir a opinião das pessoas, e se fosse uma opinião diferente da dele, ele via se podia aceitar aquela posição da pessoa e modificava a opinião dele, ou então tentava convencer, sempre na base da conversa."

Com relação à documentação doada e depositada no CPDOC, contabilizamos uma massa de 66.704 documentos textuais, sendo a maioria (39.165) relativa à atuação à frente da Chefatura de Polícia do Distrito Federal (1933-1942)[15]. Queremos destacar uma outra "ilusão de ótica" à qual se deve prestar atenção, para ilustrar as vissicitudes do trabalho com arquivos pessoais. Se, por um lado, é importante perceber as lacunas do arquivo, os períodos e temas não cobertos pelo material, por outro, é preciso notar que mesmo aqueles sobre os quais o arquivo possui um volume expressivo de documentos, como é o caso

da Chefatura, estão marcados por silêncios e ausências. Isso contitui o que Camargo (1988), apropriando-se de expressão de Hugues Neveux, denomina uma "coleção de possíveis", no sentido das ausências documentais que se assentam "no corpo constituído da própria documentação".

Quando o arquivo de Filinto Müller foi disponibilizado para o público, vários pesquisadores interessados na temática da atuação do grupo "germanófilo" dentro do governo Vargas e do nazismo no Brasil acorreram ao CPDOC para consultar essa documentação. Eles se disseram decepcionados com a falta de registros sobre o tema, com o silêncio do arquivo com relação a um aspecto bastante comentado da atuação do chefe de polícia do Estado Novo, considerado integrante deste grupo. Já vimos que a constituição de um arquivo é um processo dinâmico, que inclui reavaliaçòes sobre o material acumulado, a identificação de documentos "comprometedores" e a tentativa de "monumentalizar" definitivamente a memória. Esta última avaliação, quando operada pelos herdeiros, pode obedecer a critérios bastante distantes daqueles que orientaram o acumulador, especialmente se este não planejou doar seus papéis.

No caso dos documentos do período da Chefatura, temos indícios de que foram realizados expurgos em diferentes momentos. Com relação à documentação da própria repartição, existem três referências ao fato de Filinto Müller e/ou seus auxiliares mais próximos terem queimado documentos no momento em que o chefe de polícia deixou o cargo, em julho de 1942, em meio a grave crise política. (Cancelli, 1993:193; Dulles, 1967:243; Nasser, 1966:29). Além de documentos de caráter público, ou seja, produzidos e acumulados em função das atividades desenvolvidas por esta agência governamental, parte da documentação privada do titular, inclusive a sua correspondência "pessoal", também pode ter sido destruída nesse momento[16].

A filha de Filinto Müller negou que houvesse acontecido qualquer "incidente" deste tipo com a documentação desse período mas, perguntada sobre a história do acervo até a data de sua doação, em 1981, confirmou que ela e sua irmã realizaram uma seleção do material. Segundo ela, toda a documentação de Filinto estava guardada na casa da família, no Rio de Janeiro, e sua morte trágica teria feito com que permanecesse intacta por muito tempo. Anos depois, tendo tomado conhecimento do CPDOC e do trabalho realizado com os arquivos de homens públicos, teria ficado "empolgada" com a possibilidade de doar o arquivo do pai. Sua irmã, no entanto, manifestara "uma dúvida muito grande, porque inúmeras vezes nós já levamos na cabeça... Papai virou bode expiatório do Estado Novo". Maria Luiza disse que sua irmã tinha "medo de entregar a documentação e que torcessem os dados, que jogassem fora as coisas que fossem a favor, que só deixassem as coisas que pudessem ser interpretadas de uma maneira ... contra ele". Para convencê-la, sugeriu que ela

fosse visitar o CPDOC. Usou de uma argumentação significativa quanto às motivações que podem orientar a iniciativa da doação por parte dos herdeiros, ilustrada no caso do arquivo de Epitácio Pessoa, e que ganha uma dimensão ampliada se pensarmos no lugar ocupado por Filinto Müller na história política do período Vargas: "Eu disse pra ela: é a única maneira de as pessoas honestas irem lá pesquisar e ver que não é verdade nada disso que disseram do papai. Pode não ser hoje, nem amanhã, mas daqui a dez, vinte anos, as pessoas que forem honestas e pesquisarem lá corretamente vão ver que não é verdade, ele nunca foi autoritário na vida dele, e muito menos carrasco de nada." Claramente, através da doação e das possíveis pesquisas que ela motivasse, abria-se a possibilidade de reescrever a história da atuação de seu pai, livrando-o da imagem com que até então era identificado.

Provavelmente para evitar que a pesquisa pudesse não ser feita *corretamente*, antes de entregar a documentação Maria Luiza e sua irmã selecionaram o material, "porque tinha besteira que tinha sido guardada". Perguntada sobre o que teria sido descartado, limitou-se a um exemplo: jornais ou artigos de jornais, dos quais teriam sido guardadas várias cópias[17]. "Fora disso a gente manteve praticamente tudo que estava lá." Mesmo assim, quando perguntada sobre se ainda havia documentos dessa época em seu poder, disse que sim, que algumas caixas tinham ficado com sua irmã, que desejava olhá-las com mais vagar, e agora estavam com ela: "Eu vou ver até o que é que está lá, eu já nem me lembro mais..."

Fica, portanto, claro que a interferência dos herdeiros na constituição do arquivo "doado" de Filinto Müller foi profunda e ditada por preocupações bem definidas. Isso nos permite problematizar a possibilidade de associar este arquivo pessoal à manifestação de uma "ideologia de si", como nos parece lícito pensar para o caso do arquivo Gustavo Capanema. Ao contrário, dada a magnitude da ação seletiva da família, estamos antes lidando com "ideologias de ancestralidade". A partir delas os herdeiros interferem no conjunto documental, transformando-o num "retrato político" que não respeita mais os projetos do titular ou sua posição num campo de disputas. O acervo passa a refletir os projetos e posições desses herdeiros, que buscam configurar uma imagem do ancestral de forma a maximizar o capital total herdado ou, como no caso em questão, se livrar de um estigma através da possibilidade de uma redenção da figura ancestral.

Os critérios que orientaram a acumulação dos documentos da Chefatura pelo titular foram, certamente, bastante diferentes daqueles que orientaram a avaliação para a doação, decidida por suas filhas. Segundo Maria Luiza, o pai guardou os documentos, "num primeiro momento", para se defender das acusações que lhe pudessem ser feitas; "tinha coisas guardadas que serviram

pra provas que foram levadas para a CPI"[18]; ele nunca pensou em doar essa documentação, sendo inclusive refratário às iniciativas que visassem a recuperar a memória daqueles tempos, dos quais "tinha uma mágoa muito grande". À sua sugestão de gravar um depoimento sobre esse período, comentando alguns documentos, o pai sempre respondia com desculpas, adiando a empreitada para férias "que nunca chegavam, até que um dia ele disse, 'esse é um assunto que eu não gosto nem de falar' ".

Gostaríamos de apontar para outros "silêncios", aparentemente ligados à dimensão aleatória da acumulação e que tiveram influência na pesquisa que realizamos no dossiê de pedidos do arquivo de Filinto Muller. De fato, não se deve esquecer que, especialmente para os arquivos pessoais, jamais estamos seguros sobre o que foi guardado originalmente, o que foi destruído, se perdeu ou foi entregue a terceiros. Assim, há documentos, inexistentes no arquivo, que não comprometeriam a imagem do titular e para os quais existem inclusive registros de que tenham sido produzidos. Um exemplo são as cópias das cartas enviadas pelo titular como resposta às solicitações que lhe foram encaminhadas, as quais existem em pequeno número. Muitas vezes as cartas de pedido têm uma nota, à margem, escrita à mão pelo próprio Filinto, com a resposta à solicitação, ou com a indicação de que a carta deveria ser respondida por um de seus secretários, "Civis", "Israel", "Sarandy". As respostas deviam, portanto, ser escritas segundo padrões burocráticos que incluíam a produção de cópias em carbono – como indicam as cópias existentes – que no entanto estão ausentes.

Por outro lado, figuram algumas cartas respondidas e assinadas pelos secretários e outras ainda enviadas a eles, que poderiam integrar os arquivos pessoais destes secretários. O fato de estarem no arquivo de Filinto Müller apenas indica que, embora a correspondência de pedidos tenha um caráter *pessoal*, a atividade epistolar destes auxiliares só ganhava sentido pelo seu pertencimento ao *staff* da Chefatura e, principalmente, pelas suas relações com o "chefe"[19].

Dos quase 67 mil documentos textuais que integram o arquivo, cerca de 15 mil são os pedidos do período da Chefatura e cerca de 20 mil são felicitações e homenagens, reunidas para um período que vai de 1931 a 1948. A magnitude das cifras deste arquivo impressiona o pesquisador, mas é importante saber que este tipo de documento existe na maioria dos arquivos depositados no CPDOC. Ou seja, embora nem sempre valorizados pelos documentalistas que organizam e pelos pesquisadores que se debruçam sobre arquivos, este material é comumente acumulado pelos titulares e doado. Trata-se, portanto, de documentação considerada digna de compor a imagem dos homens públicos revelada por seus arquivos. É interessante pensarmos em que medida ela pode contribuir para o enaltecimento da atuação destes

personagens, pois ela evidencia o seu prestígio público, a sua popularidade ou até o seu poder de atender às solicitações.

*b– o lugar do documento "menor"*

Para percebermos, na prática, como se atribui um estatuto diferenciado a determinados tipos de documentos e como o arquivo Filinto Müller expressa esta problemática, façamos uma breve incursão ao seu inventário. Este indica um determinado arranjo[20] adotado por decisão do documentalista e dá acesso ao seu conteúdo, através das descrições de cada unidade documental. O inventário orienta a pesquisa, indica caminhos a percorrer, sugere aprofundamentos, desvia atenções.

A documentação do período da Chefatura de Polícia, por exemplo, se compõe de uma única série[21], formada por cinco subséries: biografias, SIPS, assuntos diversos, política em Mato Grosso e pedidos. Detivemo-nos na subsérie "pedidos", composta de 14.448 documentos dispostos cronologicamente, sem subdivisões internas e descrita da seguinte maneira: "pedidos de emprego, promoção, solução de processo, transferência, auxílio monetário, gratificação, nomeação, licença médica, dispensa de serviços, despacho de requerimentos, equiparação de vencimentos, recondução de funcionário, agradecimentos em geral. Inclui também pedido de fechamento de hospitais, centros espíritas, além de providências em geral (em relação a multas, barulho, trânsito, etc.)". Abarca portanto pedidos estritamente ligados às atribuições de Filinto Müller como chefe de polícia, assim como outros que lhe foram endereçados devido ao prestígio de que então desfrutava. Nesse sentido, prevaleceu um recorte temporal (o período de duração do cargo), sobre um rigor quanto aos limites das atribuições funcionais do chefe de polícia.

Este critério, no entanto, não é explicitado no inventário, assim como o fato de que a grande maioria destes pedidos (cerca de 80%) são formulados por mediadores e não pelos possíveis beneficiários das demandas. Estas informações, obtidas apenas na própria leitura do material, poderiam alterar o interesse dos pesquisadores. Além destes pequenos acréscimos, que não onerariam o tempo gasto no manuseio dos documentos, um investimento maior poderia sugerir uma ordenação alfabética dos remetentes, por exemplo, que permitisse recuperar os pedidos por quem os formulou, o que não apenas revelaria nomes bastante conhecidos no cenário político nacional, como faria aparecer o volume considerável da correspondência de determinados missivistas[22].

É ainda importante perceber que, além dos documentos que integram a subsérie "pedidos", cuja descrição transcrevemos, existem pedidos dentro de dossiês de outras subséries, como "assuntos diversos" e "política em Mato Grosso". Ou seja, o universo dos pedidos encaminhados a Filinto Müller é maior

do que a subsérie "pedidos". O recurso a remissivas entre dossiês, utilizado para casos em que um mesmo tipo de documento ou um mesmo tema encontram-se em dois lugares diferentes, também não aparece quando a questão envolve pedidos, agradecimentos, felicitações etc., documentos que, imagina-se, não merecerão maior atenção dos usuários do arquivo.

É necessário que se diga que, no caso do arquivo Filinto Müller, a existência de uma subsérie dentro da "Chefatura" reunindo 14.448 pedidos de caráter mais genérico enviados ao titular, chama a atenção pelo volume e permite a pesquisa nesse tipo de material, usualmente disperso em "dossiês diversos". De fato, é impossível quantificar esses pedidos na grande maioria dos arquivos recorrendo-se aos inventários, já que eles costumam estar inseridos em outros dossiês, que tratam dos assuntos diversos relativos a determinada função, não merecendo muitas vezes o destaque que os tornaria *visíveis*.

A existência de um senso comum histórico, que torna obrigatório o destaque de temas de relevância consensual, não deve impedir que uma série de outros documentos ou temas, aliás tão característicos dos arquivos pessoais, de caráter mais "corriqueiro" e conteúdo "menor", seja submetida aos mesmos padrões de descrição dos primeiros.

É esta descrição que vai lhes conferir um lugar no inventário e, portanto, no veículo que dá acesso à memória documental do titular. A correspondência contendo pedidos é um exemplo clássico de documentação tida, em geral, como sem interesse para a pesquisa histórica, ilustrando o que denominamos acima de "lixo histórico".

Evidentemente, um pesquisador que tenha seu objeto definido e esteja disposto a manusear um arquivo na sua totalidade poderá pinçar os documentos que lhe interessam, independentemente do recorte efetuado pela organização. Tal procedimento, no entanto, torna-se praticamente impossível devido à massa documental a ser enfrentada. No nosso caso, ao nos interessarmos pelos pedidos encaminhados a Filinto Müller no exercício da chefia de polícia, fomos fortemente encorajados e até mesmo direcionados ao nos deparamos com um tipo de arranjo que reuniu os pedidos pessoais em um único conjunto, ainda que não exaustivo, dando-lhes visibilidade e tornando-os acessíveis diretamente. No caso desse arquivo, o volume dos pedidos não deixava muitas alternativas ao documentalista, sendo praticamente impossível não registrar explicitamente a sua existência, o que não ocorre em outros fundos.

No entanto, é este mesmo volume que faz com que o arquivo Filinto Müller seja considerado um arquivo "fraco", no sentido de conter uma percentagem muito alta de documentos "menores" com relação ao seu volume total. Esta avaliação dificulta ver os "pedidos" como uma característica da atuação do titular e de seus critérios de acumulação. De fato, a tarefa de dotar a documentação

de seu sentido histórico, efetivamente a cargo de instituições de preservação da memória documental, muitas vezes colide com o sentido presente nos processos de seleção e acumulação dos documentos a cargo do titular (Vianna et alii, 1986). O fato de este material ser central no arquivo Filinto Müller, antes de desqualificá-lo enquanto fonte de pesquisa, lhe confere um sentido específico, sugerindo múltiplos investimentos.

O uso dos pedidos na pesquisa que realizamos apontou como, revolvendo o "lixo histórico", é possível retirar dele preciosidades que embasam uma sugestiva descrição antropológica de padrões de funcionamento da estrutura social e de uma determinada cultura política. Em primeiro lugar, temos acesso às estratégias discursivas empregadas pelos missivistas no encaminhamento destas solicitações e, portanto, às representações e ao imaginário social que orientaram esta comunicação. Isso revela os elementos acionados para legitimar o ato de pedir, seja no sentido de justificar a demanda, seja no de explicitar uma obrigação de atender. Em segundo lugar, penetramos num universo de práticas políticas, já que estes discursos servem aos sujeitos em interação não só como forma de expressão, mas também como um modo de ação. A partir desta perspectiva, é possível chegar a um sistema dinâmico de troca de favores desenhado por esta correspondência, envolvendo agentes localizados em diferentes pontos da estrutura social e, de maneira especial, personagens das elites políticas brasileiras entre as décadas de 1930 e 1940.

O titular acumulou esta documentação provavelmente para manter um registro da "contabilidade" dos favores prestados, das dívidas de gratidão acumuladas e da abrangência do círculo de pessoas envolvidas. Os herdeiros, que doaram o acervo a uma instituição de memória, parecem ver no volume deste material a manifestação do prestígio de seu ancestral, a prova de sua disposição em ajudar e dos recursos que podia mobilizar para este fim. É com uma mistura de orgulho e jocosidade que a filha de Filinto Müller se refere às cartas contendo os pedidos mais díspares, aparentemente fora da alçada de atuação de seu pai.

Para o pesquisador, no entanto, o valor desta documentação parece residir no que ela registra da "crença" no poder e no prestígio do nome de Filinto Müller. O potencial analítico do "lixo histórico", consagrado como tal não apenas por uma valoração do documentalista, mas igualmente por um desinteresse da pesquisa, depende de um deslocamento de atenção dos significados declarados, das informações referenciais, do registro documental para os significados contextuais, as informações indexicais e seus efeitos performativos. Neste movimento, uma documentação que do ponto de vista de uma história tradicional não despertaria maior interesse em função do caráter repetitivo e pouco revelador do seu conteúdo mais evidente, torna-se objeto privilegiado

para uma história sociológica: ao se esvaziarem como informação, tais documentos se potencializam enquanto ação e expressão, dando acesso tanto às práticas políticas nas quais se inserem como às crenças e valores que informam a sua produção e eficácia.

## *Considerações finais*

Em que pesem as relativizações a que estiveram sujeitos os documentos de arquivo quanto à pretensão de objetividade e positividade que os caracterizou até as primeiras décadas deste século, e a multiplicação de fontes para a escrita da História, como o cinema, a fotografia, a literatura e os relatos orais, os arquivos se mantêm numa posição privilegiada neste elenco. Esta situação é particularmente clara no caso deste tipo especial de personagem histórico, o "homem público", produtor de conjuntos documentais que podem alcançar volumes grandiosos.

Isto não impede que as características de outras fontes sejam ainda apresentadas em oposição àquelas atribuídas ao documento escrito, como é o caso, por exemplo, daquelas produzidas a partir da metodologia de história oral. De modo geral, a posterioridade dos testemunhos orais aparece como contraponto à contemporaneidade dos documentos de arquivo, e o caráter "intencional" dos primeiros é contraposto ao caráter "espontâneo" ou "natural" de produção destes últimos. O inventário destas diferenças chega até as finalidades destas fontes: uma é de caráter memorial, a outra é funcional antes de ser vestígio (Rousso, 1996). A ênfase nestas oposições faz com que as fontes orais sejam "naturalmente" vistas como inventadas, na medida em que a sua própria existência dependeria do trabalho do pesquisador que decide quem, como e por que entrevistar, enquanto no caso das fontes documentais o caráter arbitrário, motivado, seletivo e, por fim, produzido, seria imputado na sua maior parte à interpretação do usuário do arquivo.

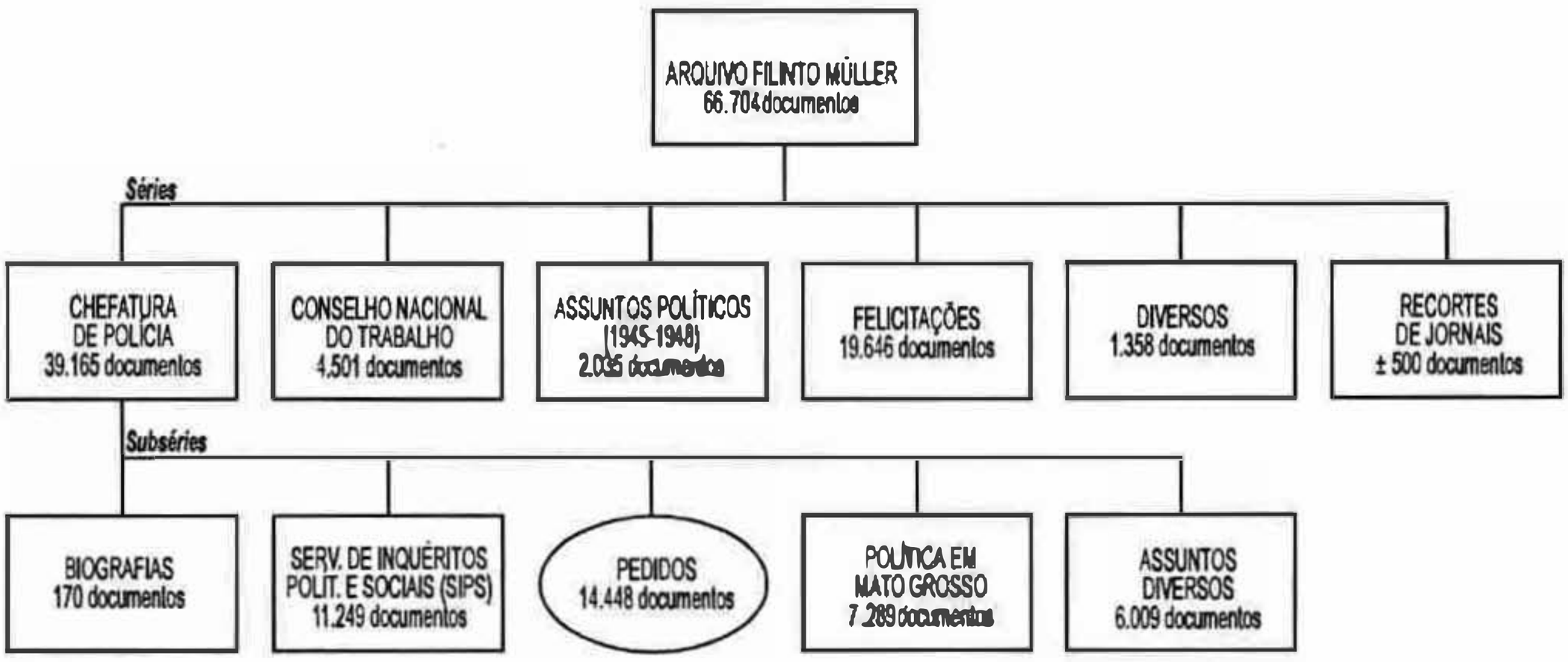
O que pretendemos ter demonstrado aqui, no entanto, é que se a oposição entre relato oral e documento de arquivo é válida para pensá-los como dois tipos de *documentos*, ela deve ser problematizada se a análise do arquivo assumir a necessária dimensão de *conjunto* que o caracteriza. Isso vale especialmente para os acervos pessoais, cuja constituição depende, como vimos, de uma intenção deliberada de reter e acumular. A acumulação pode não estar informada desde o início ou em todas as suas partes por um projeto de monumentalização futura do próprio titular, como parece ser o caso do arquivo de Filinto Müller. Não obstante, os documentos acumulados inicialmente com uma intenção comprobatória e funcional podem, ao longo de sua vida, adquirir um estatuto de patrimônio pessoal que este deseje perpetuar e publicizar. Neste

processo são feitas seleções e rearranjos no conjunto documental, que ganha novos sentidos. A estes agregam-se ainda, arbitrariamente, outros sentidos, impostos pela intervenção dos secretários, herdeiros e, finalmente, do documentalista.

Temos, portanto, uma ação *a posteriori*, tanto da parte do acumulador como dos outros agentes, assim como uma constituição intencional da fonte histórica. Neste sentido, a análise deve necessariamente passar por um exame que leve em consideração o conjunto, os projetos, as intenções, fazendo ressaltar desta perspectiva exatamente a sua dimensão *memorial*. Os arquivos pessoais, poder-se-ia dizer, agregariam assim as características dos dois termos que os definem ou, de outro modo, se definiriam a meio caminho entre as noções de arquivo (contemporâneo, funcional, vestígio involuntário) e as de depoimento/testemunho pessoal (posterior, memorial, voluntário). O esforço crítico com relação a um destes tipos de fonte não pode levar, por oposição e contraste, à reificação do arquivo textual. Pelo contrário, deve nos motivar a uma análise sociológica que explicite a dimensão "imaginada" e "motivada" presente em cada um deles. "Invenções" que se realizam não apenas a partir da sua consulta por parte do usuário, terceiro plano de subjetividades em jogo neste processo, mas também no sentido da sua "produção", revelada ao potencializarmos perguntas que busquem o "o que", "como", "por quem" e "com que efeitos" se definem os critérios de classificação dos discursos e objetos retirados ou produzidos a partir do fluxo do passado.

*Anexo I*

*QUADRO DE ARRANJO DO ARQUIVO FILINTO MULLER*



## *Notas*

***1.*** Eis a definição do que sejam arquivos privados, segundo os ditames do campo arquivístico: "Arquivos privados são os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por instituições não-governamentais, famílias ou pessoas físicas, em decorrência de suas atividades específicas e que possuem uma relação orgânica perceptível através de processo de acumulação." (Bellotto, 1991) No caso, estaremos trabalhando com os arquivos privados pessoais: "Trata-se de papéis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística de estadistas, políticos, artistas, literatos, cientistas etc." (Bellotto, 1991)

***2.*** Todas as observações a respeito da organização do arquivo de Filinto Müller, e dos arquivos privados pessoais em geral, baseiam-se na metodologia desenvolvida e adotada pelo CPDOC para o tratamento de seu acervo. A adoção desta metodologia por outras instituições dá uma abrangência mais ampla às questões discutidas.

***3.*** Para não haver confusão com arquivos privados institucionais, utilizaremos, a partir de agora, a expressão "arquivos pessoais", considerando que, por serem pessoais, isto é, acumulados por pessoas físicas de direito privado, são naturalmente privados.

***4.*** As cópias das cartas enviadas por Filinto Müller não parecem ter sido guardadas tão sistematicamente, como se observa por exemplo nos arquivos de Juracy Magalhães e Gustavo Capanema, arquivos de porte semelhante ao do primeiro, que apresentam um volume de cópias de respostas semelhante ao da correspondência recebida.

***5.*** Segundo o *Dicionário de terminologia arquivística* (1996), valor probatório é a "qualidade pela qual um documento evidencia a existência ou a veracidade de um fato" (poderíamos adicionar, de uma postura política, um compromisso, uma promessa...).

***6.*** Inventário é o "instrumento de pesquisa em que a descrição exaustiva ou parcial de um fundo ou de uma ou mais de suas subdivisões toma por unidade a série, respeitada ou não a ordem de classificação." (*Dicionário de terminologia arquivística*, 1996).

***7.*** Arranjo é a "denominação tradicionalmente atribuída à classificação nos arquivos permanentes" ou arquivos históricos (*Dicionário de terminologia arquivística*, 1996).

***8.*** Os fundos públicos, por terem sua destinação legalmente definida, raramente são objeto de disputa. Recentemente, porém, registrou-se um caso de contencioso arquivístico envolvendo o Arquivo Municipal de Ouro Preto e o Arquivo Público Mineiro. O primeiro reclamava do segundo a devolução dos arquivos do município do período em que Ouro Preto foi capital da Província de Minas Gerais – eles foram levados para Belo Horizonte quando da transferência da capital. Embora a documentação contasse com instrumentos de pesquisa que podiam ser acessados em Ouro Preto, interessava ao arquivo municipal ter a documentação sob sua guarda. Estão em jogo aí questões como o

valor simbólico dos conjuntos documentais para as comunidades às quais se referem e o prestígio que ele conferem às instituições responsáveis por sua guarda e difusão.

***9.*** No caso do arquivo de Epitácio Pessoa, os detalhados artigos de Lewin (1995 e 1996) sobre o fundo depositado no IHGB não mencionam a existência de uma parcela menor do mesmo fundo doada ao Museu Histórico Nacional e transferida em 1960 para o Museu da República (*Os presidentes da República: guia dos acervos privados*, 1989).

***10.*** Descrição é o "conjunto de procedimentos que, a partir de elementos formais e de conteúdo, permitem a identificação de documentos e a elaboração de instrumentos de pesquisa" (*Dicionário de terminologia arquivística*, 1996).

***11.*** A única deliberação pertinente adotada pelo CPDOC diz respeito aos recortes de jornal que integram os arquivos, contra os quais pesa o argumento de tratar-se de material impresso, não estando em jogo questões de singularidade ou originalidade. Para além das razões para a adoção da medida, algo do que integrou a memória documental individual do titular, tendo sido objeto de acumulação tanto quanto qualquer outro documento (o grau de importância de cada material para o titular só pode ser objeto de especulação) é separado do conjunto que, nesse momento, já sofre uma alteração por vezes substancial. Esta decisão não atingiu arquivos recebidos antes da adoção da medida, como é o caso do arquivo Filinto Müller, aplicando-se apenas às doações posteriores.

***12.*** Na dissertação, nosso objeto central de análise foram exatamente os pedidos pessoais encaminhados a Filinto Müller durante o período em que esteve à frente da Chefatura de Polícia do Distrito Federal (1933-1942), como forma de abordar a questão da mobilização de recursos públicos através de redes de relações privadas.

***13.*** Com exceção do arquivo de Gustavo Capanema, o maior do CPDOC, com cerca de 245 mil registros documentais, o arquivo de Filinto Müller vem logo abaixo, entre os arquivos de Oswaldo Aranha (cerca de 83 mil documentos) e Juracy Magalhães (cerca de 66 mil documentos).

***14.*** Esta entrevista foi realizada em setembro de 1996.

***15.*** Quanto aos outros cargos que ocupou, há 76 documentos relativos à sua atuação como secretário do interventor federal em São Paulo (1931), 261 referentes ao período em que atuou como oficial de gabinete do ministro da Guerra (1942-43) e 4.501 como presidente do Conselho Nacional do Trabalho. O restante da documentação refere-se a assuntos políticos de âmbito nacional e estadual, especificamente de Mato Grosso (2.035 documentos), e a felicitações, homenagens etc., cobrindo o período que vai de 1931 a 1948 (19.646 documentos), além de alguns poucos documentos reunidos sob a rubrica "assuntos diversos".

***16.*** Os limites que separam os documentos públicos daqueles de caráter privado, em se tratando de titulares que atuaram como homens públicos, é bastante tênue e objeto de constantes reflexões. Em vários arquivos depositados no CPDOC, por exemplo, é possível encontrar documentação que deveria integrar fundos de arquivos públicos, mas que foi "privatizada" pelos agentes que estiveram

à frente dos cargos por um determinado período, passando a integrar a sua documentação pessoal, demonstrando nessa mélange de esferas as confusões, imbricações e impropriedades que caracterizam as relações entre público e privado neste domínio. Este fenômeno não se verifica apenas no Brasil (Garcia, 1992), embora possamos imaginar que a falta de controle dos serviços de arquivo no país concorra para isso, entre outros fatores.

***17.*** Não deixa de ser interessante que o único critério de descarte estabelecido pelo CPDOC para o tratamento de seus arquivos refira-se a recortes de jornais que não contenham artigo do titular nem matérias sobre ele.
Este tipo de material é separado, e os doadores são consultados sobre o desejo de o receber de volta.
A adoção deste procedimento foi comunicada aos doadores de arquivos em uma das reuniões realizadas anualmente com a direção do Centro, tendo portanto a chancela de um descarte "autorizado".
A justificativa de Maria Luiza parece tentar reproduzir os argumentos da instituição: "Primeiro, porque no arquivo do próprio jornal já existe, segundo, porque ao invés de guardar um exemplar, tinha trinta iguaizinhos, então tem que jogar fora mesmo."

***18.*** Segundo ela, uma CPI investigou as contas da polícia, mas deve se tratar da CPI instalada em 1947 para apurar os "Atos Delituosos da Ditadura".
É este tipo de uso dos documentos acumulados que sugeriu que o arquivo de Filinto Müller fosse classificado como "centrípeto", segundo uma tipologia cunhada para os arquivos de homens públicos: "onde o sentido está relacionado com o tipo de serviço que o documento vai prestar ao centro, o arquivador." (Vianna et alii, 1986:72)

***19.*** Na dissertação foi possível desenvolver uma análise centrada nas figuras de alguns chefes de gabinete e secretários, responsáveis pela administração desta correspondência, desvendando uma parcela do funcionamento cotidiano do gabinete de Filinto Müller. Neste movimento, percebemos que a administração de um fluxo tão numeroso de pedidos, por um período de tempo tão longo, exigiu a constituição ou o redirecionamento de um quadro de funcionários dedicados a esta atividade, os quais muitas vezes se tornaram interlocutores dos demandantes, além de implicar a rotinização de um procedimento. Pudemos ainda apreciar como, através desta correspondência de caráter pessoal, o domínio da administração, com suas regras racionalizantes e impessoais, era invadido por relações, vínculos e expressões predominantemente "personalizadas".

***20.*** Para facilitar a compreensão da organização do arquivo, fornecemos ao final do artigo o quadro de arranjo (Anexo I).

***21.*** A definição de "série" segundo o *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (1990) é a seguinte:
"Unidade do quadro de arranjo que corresponde a uma seqüência de documentos relativos à mesma função/atividade ou ao mesmo tipo documental, seja como divisão do fundo, do grupo ou do subgrupo."

***22.*** O fato de a maioria das cartas conterem, no canto superior direito da primeira página, um tipo de classificação alfabética dos prenomes ou alcunhas dos correspondentes, conferida pela administração da Chefatura, sugere que, de fato, este critério orientava a "ordem original" do arquivo.

## *Referências bibliográficas*


BELLOTTO, Heloisa Liberalli. 1991. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo, T.A. Queiroz.

BOURDIEU, Pierre. 1989. "La ilusion biografica", *História y Fuente Oral*, Barcelona, nº 2, p.27-33.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. 1988. "Arquivos pessoais: uma proposta de descrição", *Arquivo*, Boletim Histórico e Informativo, São Paulo, vol.9, nº 1, p.21-24, jan/jun.

_____ (coord.). 1996. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo, Associação dos Arquivistas Brasileiros.

Cenadem. 1990. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa*. São Paulo, Cenadem.

DURANTI, Luciana. 1994. "Registros documentais contemporâneos como provas de ação", *Estudos Históricos*, CPDOC 20 anos, Rio de Janeiro, vol.7, nº 13, p.49-64, jan./jun.

FRAIZ, Priscila Moraes Varella. 1994. *A construção de um eu autobiográfico: o arquivo privado de Gustavo Capanema*. Rio de Janeiro. Dissertação (mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Educação e Humanidades. Instituto de Letras.

GARCIA, Maria Madalena Moura Machado. 1992. "Alguns problemas dos arquivos de titulares de cargos politicos", *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*, Lisboa, nº 2, p.123-130.

KRAKOVITCH, Odile. 1994. "Les archives d'après Les Lieux de Mémoire: passage obligé de l'histoire à la mémoire", *La Gazette des Archives*, Paris, nº 164, p.5-23, jan./mar.

LEWIN, Linda. 1995. "The papers of Epitacio Pessoa: an archival note and a personal comment (I)", *Luso-Brazilian Review*, Madison, Wisconsin, vol. 32, nº 1, p.69-82, Summer.

_____. 1996. "The papers of Epitacio Pessoa: an archival note and a personal comment (II)", *Luso-Brazilian Review*, Madison, Wisconsin, vol. 33, nº 1, p.1-20, Summer.

MONTIEL, Rosane. 1996. *Arquivística: um olbar sobre a memória*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal. (Cadernos de pesquisa; 4).

ROUSSO, Henry. 1996. "O arquivo ou o indício de uma falta", *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, vol. 9, nº 17, p. 85– 91.

SILVA, Suely Braga da (coord.). 1989. *Os presidentes da República: guia dos acervos privados* / Equipe: Celso Corrêa Pinto de Castro ...[et al]. Rio de Janeiro, Ed. da Fundação Getulio Vargas.

VIANNA, Aurélio; LISSOVSKI, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. 1986. "A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados", *Arquivo e Administração*, Rio de Janeiro, vol.10-14, nº 2, p.62-76, jul./dez.


*(Recebido para publicação em abril de 1977)*